

## Participação dos agricultores familiares de Canguçu no programa Poupança Florestal da Votorantim Celulose e Papel

*Alisson Vicente Zarnott<sup>1</sup>*  
*Sergio Leite Guimarães Pinheiro<sup>2</sup>*  
*Valmir Luiz Stropasolas<sup>3</sup>*

---

### RESUMO

O estudo analisa a inserção da agricultura familiar canguçuense no programa de fomento Poupança Florestal da Votorantim Celulose e Papel (VCP). As informações que dão corpo a este artigo constam de uma pesquisa mais ampla, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina, durante o curso de mestrado. Em que pese a reconhecida importância que assume a agricultura familiar no município de Canguçu e seja este o público identificado como preferencial do Poupança Florestal, a imersão ao universo empírico evidenciou que, até o momento, esses agricultores pouco têm de participação no programa.

**Palavras-chave:** agricultura familiar; “reflorestamento”; programa poupança Florestal; fomento florestal.

---

### APRESENTAÇÃO

As informações que dão corpo a este artigo constam de uma pesquisa mais ampla, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina, durante o curso de mestrado. Cabe destacar que neste estudo serão abordados alguns resultados preliminares da dissertação de mestrado.

---

<sup>1</sup> Agrônomo, Mestrando em Agroecossistemas; Rodovia Admar Gonzaga, 1346, Itacorubi, CEP: 88040-970 – Florianópolis/SC; e-mail: [alissonae@yahoo.com.br](mailto:alissonae@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Agrônomo, Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável, Professor do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da UFSC; Pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI); Rodovia Admar Gonzaga, 1346, Itacorubi, CEP: 88040-970 – Florianópolis/SC; e-mail: [pinheiro@epagri.sc.gov.br](mailto:pinheiro@epagri.sc.gov.br)

<sup>3</sup> Agrônomo, Doutor em Sociologia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da UFSC; Rodovia Admar Gonzaga, 1346, Itacorubi, CEP: 88040-970 – Florianópolis/SC; e-mail: [valmir@cca.ufsc.br](mailto:valmir@cca.ufsc.br)

Os dados aqui apresentados foram obtidos a partir de entrevistas semi-estruturadas aplicadas a 10 integrados ao programa Poupança Florestal em Canguçu. As informações que abordam a totalidade dos integrados (27) foram fornecidas pelo escritório municipal da EMATER.

O presente artigo, além desta apresentação, contempla o cenário mundial e nacional do setor madeireiro, tratando de modo especial dos investimentos realizados pela Votorantim Celulose e Papel (VCP) no município de Canguçu, inserido na metade sul do Rio Grande do Sul.

O foco deste trabalho centra-se na análise da participação da agricultura familiar ao programa Poupança Florestal, da VCP. Visando cumprir com este proposto, foi construída uma caracterização dos integrados do município.

### **BREVE PASSAGEM PELO CENÁRIO MADEIREIRO**

Os produtos florestais estão presentes em toda a evolução humana: no fogo, no abrigo, na alimentação. O desenvolvimento técnico-científico introduziu vários outros materiais. Notadamente, o aço, o alumínio e os plásticos (PVC) tiveram grande inserção na indústria e no comércio, substituindo grande parcela dos usos antes destinados à madeira. Todavia, os produtos florestais continuam presentes em nosso cotidiano sob as mais variadas formas: nas habitações, nos meios de transporte, nos móveis e utensílios, nos meios de trabalho, em produtos de higiene e beleza, e claro, como fonte energética e alimentar.

Com efeito, a expansão da população mundial (estimada em mais de 9 bilhões, em 2050) refletirá em aumento na demanda de madeira e derivados, especialmente em economias mais desenvolvidas.

Em 2005, a área florestal mundial correspondia a 30,3% da área territorial global (3,95 bilhões de hectares), sendo que 45 países possuíam mais que a metade de sua área territorial coberta por florestas (FAO, 2006).

Conjuntamente, a Rússia (com 809 milhões de ha), o Brasil (478 milhões de ha), Canadá (310 milhões de ha), Estados Unidos (303 milhões de ha), e China (197 milhões de ha) detêm 53,1% das áreas florestadas do mundo, a grande maioria, florestas nativas. Países de menor expressão florestal como Chile e Japão possuem grandes programas de incentivo ao plantio de árvores. O Japão, por exemplo, possui 10,3 milhões de hectares de árvores plantadas, o que equivale a 7,4% de seu território (FAO, 2006).

Uma observação importante refere-se à Europa que, juntamente com os Estados Unidos, é o principal mercado consumidor de produtos florestais no mundo; porém, constitui-se em uma área praticamente sem cobertura florestal.

Segundo Bracelpa (2008), em 2005, a produção mundial de madeira bruta, destinada a diversos usos (papel e celulose, madeira serrada, compensados, painéis reconstituídos, carvão e lenha), alcançou 3,50 bilhões de metros cúbicos. Estados Unidos, Índia, China, Brasil, Canadá e Rússia, nessa ordem, são os maiores produtores, respondendo por metade da produção mundial (1,73 bilhão de metros cúbicos). Do montante total, mais da metade da produção ainda é consumida para produção de energia, em geral sob a forma de lenha, com os maiores volumes na Índia, China e Brasil.

O restante, aproximadamente 1,71 bilhão de metros cúbicos de madeira bruta (3,2% a mais que em 2004), foi beneficiado e transformado pela indústria. Os quatro maiores produtores de madeira para indústria (EUA, Canadá, Rússia e Brasil), produzem e transformam mais da metade (882 milhões de metros cúbicos) de toda a matéria-prima colhida anualmente no mundo destinada a serrarias, chapas, compensados, papel e celulose (BRACELPA, 2008).

A demanda mundial por produtos florestais está especialmente concentrada em países desenvolvidos como Estados Unidos e Canadá. Um levantamento realizado pela FAO/FRA (Food and Agriculture Organization/Forest Resources Assessment), em 2006, aponta os Estados Unidos como o maior consumidor de produtos florestais. Isoladamente, demandam 25,0% da madeira em tora, 30,0% da madeira serrada, 26,0% dos painéis de madeira, 29,0% da celulose e com 27,0% do papelão, consumidos no mundo.

Com respeito ao segmento da celulose, como mostra a Tab. 01, Estados Unidos e Canadá são os grandes produtores mundiais de celulose do mercado, 27,5% e 11,4%, respectivamente.

**Tabela 01:** Maiores produtores mundiais de celulose (2002-2007), com destaque para a posição do Brasil.

País	Celulose – Produção (t)				
	2002	2003	2004	2005	2007
Estados Unidos	52.913.585	52.541.713	53.816.955	53.816.955	53.462.000
Canadá	25.562.000	26.003.000	26.222.000	25.216.000	22.314.000
China	15.606.000	16.211.200	16.211.200	16.211.200	19.070.000
Suécia	11.712.000	12.095.000	12.464.000	12.466.000	12.402.000
Finlândia	11.729.000	11.948.000	12.614.000	11.134.000	12.856.000
Japão	10.664.000	10.572.000	10.703.000	10.805.000	10.894.000
<b>Brasil</b>	<b>7.390.000</b>	<b>9.104.000</b>	<b>9.529.000</b>	<b>9.529.000</b>	<b>12.113.000</b>
Outros	46.355.689	47.503.800	49.132.334	49.791.183	51.099.000
<b>Total mundial</b>	<b>181.932.274</b>	<b>185.978.713</b>	<b>190.692.489</b>	<b>188.969.338</b>	<b>194.210.000</b>

Fonte: Adaptada pelo autor a partir de FAO (2006) e Bracelpa (2008)

O Brasil, apesar de sua menor expressão (6,23%), vem apresentando crescimento. Em 2007 alcançou a marca de 12 milhões de toneladas, um incremento de 63,9% em relação a 2002, o que lhe conferiu o posto de 6º maior produtor mundial<sup>4</sup>, ultrapassando o Japão. Juntamente com o Brasil, China com incremento de 22,2% e Rússia com 16% de incremento no período 2002-2007 são os países que mais aumentaram sua produção em relação à produção mundial.

Cabe destacar que o Brasil possui larga vantagem sobre outros países, visto que o *Eucalyptus* atinge seu ponto de corte em 7 anos. Todavia, esse não é o único argumento que tem sustentado a massificação de investimentos do setor florestal/madeireiro no Brasil. Além do favorecimento edafoclimático, no Brasil fatores como disponibilidade e preço acessível de terras e de força de trabalho, bem como a existência de um rol de tecnologias já desenvolvidas para o setor, compõem um cenário favorável aos empreendimentos, notadamente no âmbito do cultivo e beneficiamento de madeira para produção de celulose.

A expansão desse setor é, com efeito, também correspondente a um amplo processo marcado, na década de 1990, pela eclosão das dinâmicas de globalização e desterritorialização. Nesse contexto, têm-se as fusões e incorporações de grandes empresas, que visam ao domínio de um mercado específico ou à diversificação dos ramos de atuação destes grandes grupos empresariais, em parte, através de *holdings*.

O setor madeireiro acompanhou essa tendência, concentrando em grandes corporações a atividade do setor, especialmente no que se refere às *commodities* como celulose e papel. Atualmente, a maior empresa do ramo de celulose do mundo é a Votorantin Celulose e Papel que, após a incorporação da Aracruz Celulose<sup>5</sup>, passou a ter capacidade instalada de 5,8 milhões de toneladas de celulose/ano, com projeção de expansão para 9,3 milhões de t/ano, até 2020.

## A GEOGRAFIA DA MADEIRA PLANTADA NO BRASIL

A produção primária florestal do Brasil, em 2007, somou cerca de R\$ 12 bilhões, dos quais, 68,7% (R\$ 8,3 bilhões) foram provenientes da

---

<sup>4</sup> Dados da Bacelpa (2008) atentam que, além do Brasil destacar-se entre os dez maiores produtores de celulose, o país é o primeiro no *ranking* das exportações de celulose de fibra curta.

<sup>5</sup> Entre o final de 2008 e início de 2009, a VCP adquiriu 56,0% das ações da Aracruz, das quais a metade era de posse da Arapar S.A. (pertencente à família do fundador da Aracruz, Erling Lorentzen, e às famílias Moreira Salles, Almeida Braga e empresa Gávea Fund, do ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga), e metade era da Arainvest (da família Safra). Destarte, a VCP totaliza 84% do capital votante da Aracruz.

silvicultura e 31,3% (R\$ 3,8 bilhões) do extrativismo vegetal (IBGE, 2007)<sup>6</sup>.

Segundo a Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas - ABRAF (2009), o Brasil possui 6.583.074 ha de árvores plantadas para diversos fins, entre áreas com pinus, eucalipto e outras espécies. Nota-se, segundo a Tab. 02 que, enquanto o Pinus e as outras espécies apresentam leve redução na área plantada, o eucalipto apresenta um incremento de 288.993 hectares em apenas um ano.

**Tabela 02:** Área com as principais espécies plantadas no Brasil, nos anos de 2007 e 2008.

Espécie	Área em 2007 (ha)	%	Área em 2008 (ha)	%	Evolução 2007/2008 (%)
Pinus	1.874.656	29,7%	1.867.680	28,4%	-0,37
Eucalipto	3.969.711	63,0%	4.258.704	64,7%	7,28
Outras*	457.575	7,3%	456.689	6,9%	-0,19
<b>Total</b>	<b>6.301.942</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.583.074</b>	<b>100,0%</b>	<b>4,46</b>

Fonte: Anuário Estatístico da ABRAF - 2009.

\* Áreas florestadas com Acácia, Seringueira, Teça, Araucária, Ipê-roxo, Mogno, etc.

A produção de pinus está intensamente concentrada no Sul do Brasil, onde os estados do Paraná e de Santa Catarina, juntos, alcançaram 67,8% da área cultivada de pinus, perfazendo 1,26 milhão de hectares, conforme ilustra a Tab. 03

Analisando-se o comportamento do cultivo de eucalipto no período 2004-2008, nos diferentes estados, constata-se, segundo dados da Tab. 03, que a área plantada com eucalipto vem crescendo ano a ano, em praticamente todos os estados e em alguns de forma bastante acelerada. Os estados com maior área plantada de eucalipto são Minas Gerais, São Paulo e Bahia, os quais compõem, respectivamente, 30,0%, 21,9% e 13,8% da área nacional de cultivo com esta espécie.

Entretanto, os mesmos dados ainda apontam que os estados, que eram os principais produtores em 2004, apresentaram os menores índices de incremento de área. Em São Paulo o incremento foi de 187 mil hectares (25%), em Minas Gerais foi de 238 mil hectares (22,9%), na Bahia outros 106 mil hectares (22%), e no

<sup>6</sup> O Relatório do IBGE sobre a Produção da Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS) aborda itens relacionados à silvicultura como a madeira destinada para lenha, carvão vegetal, movelaria, papel e celulose, e também os usos feitos a partir do extrativismo vegetal como extração da borracha, frutos, polpas, erva-mate, etc.

Espírito Santo mais 31 mil hectares (17,4%), resultando num incremento médio de 21,8%, denotando que se tem encontrado limites para expansão da base florestal nesses estados.

Os incrementos apresentados acima são, na sua grande maioria, ocasionados pelo aumento da oferta brasileira de celulose no mercado internacional. Segundo a Bracelpa (2009), desde a década de 1990 o Brasil vem apresentando grande expansão na quantidade de pasta de celulose produzida, passando de 1,3 milhão de toneladas em 1990 para 6,1 milhões de toneladas em 2005, valores que serão ampliados a partir dos novos investimentos.

Os estados com maior incremento de área cultivada no período (2004-2008) são Rio Grande do Sul, Maranhão e Mato Grosso do Sul, apresentando 81,6%, 92,1% e 168,4%. Essas regiões equacionam a média de expansão de 114%, o que, possivelmente, correlaciona-se aos vigorosos projetos de expansão da base florestal em curso nesses estados.

**Tabela 03:** Área, em hectares, de eucalipto (entre 2004-2008) e pinus (em 2008) em alguns estados brasileiros e sua participação na área total cultivada de cada espécie.

Estado	Eucalipto					Pinus		
	2004	2005	2006	2007	2008	2008	%	
BA	481.543	527.386	540.172	550.127	587.606	3,8	35.090	1,9
ES	179.213	204.035	207.800	208.819	210.409	4,9	3.991	0,2
MA	57.852	60.745	93.285	106.802	111.117	2,6	0	0,0
MS	98.846	113.432	119.319	207.687	265.254	6,2	18.797	1,0
MG	1.040.048	1.119.129	1.181.429	1.218.212	1.278.212	30,0	145.000	7,8
PR	111.966	114.996	121.908	123.070	142.434	3,3	714.893	38,3
RS	152.689	179.690	184.245	222.245	277.316	6,5	173.163	9,3
SC	60.000	61.166	70.341	74.008	77.436	1,8	551.219	29,5
SP	747.347	798.522	915.841	911.908	934.360	1,9	207.840	11,1
Outros	270.312	276.716	292.333	325.224	342.525	8,0	17.686	0,9
<b>Total</b>	<b>3.199.816</b>	<b>3.462.719</b>	<b>3.745.794</b>	<b>3.969.711</b>	<b>4.258.704</b>	<b>00,0</b>	<b>1.867.680</b>	<b>00,0</b>

Fonte: Adaptada pelo autor a partir do Anuário Estatístico da ABRAF - 2009.

O estado do Maranhão possui grande número de siderúrgicas de ferro-gusa, que tem seus fornos alimentados por carvão vegetal. Visando ao seu

sustento energético, as indústrias de ferro-gusa estão implantando 100 mil hectares de eucalipto (ALEMA, 2009). Já no Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul encontram-se dois grandes projetos de expansão da VCP: no RS, o Projeto Losango, e no MS, o Projeto Horizonte.

Como visto, o RS possui participação bastante reduzida no montante da silvicultura brasileira, comparando-se com estados como São Paulo, Minas Gerais e Bahia, maiores produtores nacionais. Entretanto, a produção destinada ao fabrico de papel e celulose vem aumentando, é o que indica o IBGE (2007). De 2006 para 2007, houve um incremento da produção de madeira em toras para papel e celulose da ordem de 10,9%, saindo de pouco mais de 55 milhões de metros cúbicos para os atuais 61 milhões.

Apesar das projeções otimistas e das grandes expectativas em relação à ampliação da participação do Rio Grande do Sul no cenário silvícola nacional, no ano de 2007 o estado contribuía com apenas 8,63% do valor total movimentado pelo setor, que se aproxima de R\$ 8,2 bilhões. Os dados da Tab. 04 confirmam essa assertiva e demonstram que 57,7% do valor gerado na atividade, pelo RS, está relacionado à produção de madeira com fins energéticos, sendo em sua grande maioria para lenha.

**Tabela 04:** Quantidade, valor e participação dos produtos da silvicultura, por produto, no Brasil e Rio Grande do Sul, em 2007.

Produtos da Silvicultura		Rio Grande do Sul	Brasil
Carvão Vegetal	Quantidade (ton.)	42.527	3.806.044
	Valor (R\$ 1.000)	23.529	1.585.241
Lenha	Quantidade (m <sup>3</sup> )	13.604.263	39.089.275
	Valor (R\$ 1.000)	383.408	1.112.621
Madeira em tora (papel e celulose)	Quantidade (m <sup>3</sup> )	2.731.029	60.964.307
	Valor (R\$ 1.000)	72.147	2.836.487
Madeira em tora (outros fins)	Quantidade (m <sup>3</sup> )	5.209.607	44.167.434
	Valor (R\$ 1.000)	226.869	2.644.276

Fonte: Adaptada pelo autor a partir dos dados da PEVS/IBGE (2007).

No caso específico da madeira destinada à produção de papel e celulose o RS respondia, em 2007, por 4,47% da madeira produzida e 2,54% (R\$ 72 milhões) do recurso movimentado. Esses dados, todavia, deverão sofrer alteração nos próximos anos em decorrência dos investimentos anunciados por Aracruz, StoraEnzo e Votorantin, na Metade Sul.

## O “REFLORESTAMENTO” NO RS: VCP e o Projeto Losango

O plano de expansão da VCP no RS passa pela constituição da VCP Florestal Extremo Sul e pela implantação do Projeto Losango. Esses investimentos visam à formação de uma base florestal e a implantação de uma unidade industrial para produção de celulose branqueada de eucalipto, prevista para entrar em atividade em 2011, ampliando em 1,4 milhão de toneladas/ano a capacidade produtiva da empresa. Até 2020, o investimento projetado é de US\$ 1,3 bilhão, visando a uma renda líquida de US\$ 4 bilhões (VCP, 2008).

A meta da empresa, até 2012, é atuar diretamente sobre 200 mil hectares, dos quais a metade destinada ao plantio de eucalipto e o restante a zonas de preservação, bem como alcançar o cultivo de 40 mil hectares de eucalipto em propriedade de terceiros.

Para a formação de sua base florestal, a VCP já tem propriedade de 80,6 mil hectares na região, abordando indiretamente as bacias hidrográficas dos rios Camaquã, Piratini, Arroio Grande e Jaguarão. A Tab. 05 ilustra a abrangência e distribuição das áreas adquiridas para cultivo de matéria-prima para atender à sua unidade industrial, assim como para constituição de zonas de preservação.

De acordo com essa fonte, a empresa tem suas propriedades distribuídas em 12 municípios da região, numa área correspondente a 3,44% da área total municipal, sendo que do total adquirido realizou o plantio de eucalipto em 43,2% das áreas (34.846,96 hectares).

**Tabela 06** – Distribuição das áreas adquiridas e das áreas de cultivo de eucalipto pela VCP Florestal Extremo Sul, entre os anos de 2004-2006.

Município	Área Municipal (ha)	Área adquirida (ha)	% (adquirido/ município)	Área da empresa plantada c/ eucalipto (ha)	% (plantado/ área adquirida)
Arroio Grande	251.800	9.849	3,91	4.356,14	44,2
Bagé	409.600	3.538	0,86	1.310,72	37,0
Candiota	93.400	10.691	11,45	6.229,78	58,3
Capão do Leão	78.500	737	0,94	329,70	44,7
Cerrito	45.200	607	1,34	289,28	47,7
Herval	175.800	9.241	5,26	3.516,00	38,0
Hulha Negra	82.300	2.004	2,43	1.250,96	62,4
Pedras Altas	137.700	11.384	8,27	5.535,54	48,6
Pinheiro Machado	222.800	12.022	5,40	5.102,12	42,4
Piratini	356.100	15.168	4,26	5.697,60	37,6
Rio Grande	281.400	4.423	1,57	900,48	20,4
Jaguarão	205.400	931	0,45	328,64	35,3
<b>Total</b>	<b>2.340.000</b>	<b>80.595</b>	<b>3,44</b>	<b>34.846,96</b>	<b>43,2</b>

Fonte: VCP (2006 apud FREITAS, 2006, p.25).

Entre esses municípios percebe-se que a empresa destinou maiores empreendimentos em Hulha Negra (62,4%) e Candiota (58,3%), proporcionalmente à área de aquisição. Os números ainda revelam que, nos municípios de Arroio Grande, Candiota, Pedras Altas, Piratini e Pinheiro Machado, estão concentradas 63,6% das florestas de eucalipto plantadas pela empresa.

Segundo Penido (2005), diretor presidente da VCP, a empresa objetiva "ter uma dependência na produção de terceiros da ordem de 30%", para o que foi criado o programa de fomento Poupança Florestal.

Lançado em 2004, este programa visa "estimular o desenvolvimento, a geração de renda e a preservação do meio ambiente". O Programa incentiva a plantação de eucalipto em até 50% da propriedade de cada agricultor, "em harmonia com as culturas tradicionais da região e em respeito às áreas de conservação ambiental de no mínimo 20%" (VCP, 2008).

Para Penido (2005), o Poupança Florestal é um programa de parceria inédito no país, que está alicerçado em dois pilares: desenvolvimento sustentável e responsabilidade social. Para ele, "o programa fixa o homem no campo, ao viabilizar economicamente pequenas propriedades".

De acordo com o documento *Espaço Real de Práticas em Sustentabilidade*, editado pelo Banco Real, o programa implantado pela VCP, e financiado por este banco:

tem como finalidade proporcionar capacitação, renda e inclusão social para os pequenos produtores, estimular o desenvolvimento sustentável da região e promover a recuperação e preservação da cobertura florestal original (em paralelo ao plantio de eucalipto), perdida para a atividade agrícola descontrolada. (BANCO REAL, 2008).

Para isso, a VCP Extremo Sul firmou parceria com a Emater/RS, que fica responsável por oferecer capacitação e assistência técnica aos produtores. Essa relação, em certa medida, conferiu capilaridade ao programa.

Segundo a VCP (2008), 1.060 produtores inscreveram-se no Poupança Florestal, dos quais 460 já foram atendidos pelo programa, sendo 160 classificados pela empresa como *pequenos proprietários*<sup>7</sup>. Os últimos dados disponíveis situam o programa em 27 municípios, onde são cultivados 14.614,54 hectares de eucalipto. A expectativa da VCP é que em 2012 aproximadamente 40 mil hectares estejam cultivados, viabilizados por este fomento.

Na dinâmica de funcionamento do Poupança Florestal é firmado um contrato entre o agricultor e a VCP, com duração de dois ciclos de corte (14 anos), que fixa o valor da madeira em R\$ 22,20/m<sup>3</sup> (valor corrigido com juros de 7% ao

---

<sup>7</sup> A VCP classifica os produtores como de Pequena Propriedade, quando tem, no máximo, 300 hectares de área total; Média Propriedade, quando tem entre 300 e 500 hectares; e Grande Propriedade, quando tem mais de 500 ha.

ano) e viabiliza o financiamento, junto ao Banco Real, de R\$ 2.881,00/ha<sup>8</sup> (em valores de 2008), para o plantio do eucalipto.

A liberação dos recursos ocorre em parcelas ao longo dos quatro primeiros anos, sendo somente no primeiro ano o pagamento efetuado em três etapas, como indica a Tab. 06.

**Tabela 06:** Cronograma de distribuição e liberação dos recursos do Programa Poupança Florestal, segundo valores de 2008, em reais, por hectare.

Cronograma		Valor (R\$/ha)
1º ano	1ª parcela	1.029,60
	2ª parcela	255,00
	3ª parcela	1.444,40
	Total	2.729,00
2º ano	Parcela única	56,00
3º ano	Parcela única	48,00
4º ano	Parcela única	48,00
<b>Adiantamento Total</b>		<b>2.881,00</b>

Fonte: VCP (2008).

Na opinião de Fausto Camargo<sup>9</sup> (apud OSÓRIO, 2007), “hoje infelizmente nenhuma cultura é mais rentável que o eucalipto, apesar do lucro se realizar só no sétimo ano, quando corta. Se dividirmos isso e transformarmos em renda diária, mensal ou anual, continua sendo maior”.

Em simulação de rentabilidade da atividade realizada pela VCP (2008), partindo de uma produtividade de madeira de 280 m<sup>3</sup> por hectare, comercializada por R\$ 22,20/m<sup>3</sup>, tem-se projetada a receita líquida de R\$ 3.335,00.

Desdobrando o montante de R\$ 3.335,00 até atingir uma renda mensal, em valores atuais, tem-se que um hectare de eucalipto gera uma renda líquida de R\$ 39,70/mês, fazendo-se necessário 11,71 hectares para alcançar um salário mínimo (R\$ 465,00).

Partindo da colocação da VCP, de que o programa Poupança Florestal está alicerçado em dois pilares, o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social, tendo como objetivo ser uma alternativa de renda ao pequeno produtor,

<sup>8</sup> Para pagamento este valor é acrescido em 7% de juros ao ano.

<sup>9</sup> Gerente de Meio Ambiente e Fomento Florestal da VCP.

cabem as questões que orientam este trabalho: quem são os integrados do Poupança Florestal? Os agricultores familiares estão integrados?

### CANGUÇU: BREVE CARACTERIZAÇÃO

Canguçu desenvolve uma economia preponderantemente agropastoril, balizada pela existência de um grande percentual de unidades familiares de produção. Segundo o INCRA/SADE<sup>10</sup>, do total de 9.215 estabelecimentos agropecuários do município, 95,8% são de natureza familiar, os quais ocupam 65,7% do território agrário municipal. Estes estabelecimentos participam de 73,8% no valor bruto da produção agropecuária local.

A origem desse expressivo contingente de agricultores familiares guarda estreita relação com o processo de ocupação do território e constituição do município, que se estruturou, basicamente, a partir de uma colonização iniciada no século XVIII por açorianos, alemães e italianos.

Os dados preliminares do último Censo Agropecuário (2007), apontam que Canguçu possui 9.947 estabelecimentos agropecuários, que ocupam 267.265 hectares (IBGE, 2007). Apesar de ainda não ter sido diagnosticada a dimensão que a agricultura familiar assume deste total, é presumível que a mesma se mantém preponderante e que sua produção ocupa posição destacada na economia municipal, dada sua reconhecida expressividade.

A base econômica agropastoril de Canguçu é bastante diversificada compreendendo produtos como milho, feijão, batata, soja, leite, suínos, aves, fumo, pecuária de corte, hortigranjeiros e frutas, dentre outros, destinados tanto ao autoconsumo<sup>11</sup> quanto à comercialização.

No ano de 2007, o município possuía cerca de 75,5 mil hectares com cultivos agrícolas que produziram 194.140 toneladas, entre cultivos permanentes e temporários, resultando em 159,4 milhões de reais (IBGE, 2007).

Entre os cultivos permanentes o pêssego é notadamente a cultura de maior relevância. Com uma produção de 20.353 toneladas, compõe 89,4% da área total de cultivos permanentes (3.005 hectares) e 92,9% do valor total gerado pela produção de cultivos permanentes, que corresponde a R\$ 15.675.000,00.

---

<sup>10</sup> O INCRA/SADE, reconhecido Banco de Dados da Agricultura Familiar, utiliza-se de metodologia específica e tem por base os dados do Censo Agropecuário de 1995/96. Em que pese a defasagem de suas informações, este ainda consolida-se como referência no que tange ao universo da agricultura familiar.

<sup>11</sup> O sentido prestado ao termo "autoconsumo" está relacionado aos produtos ou processos realizados na unidade produtiva, através do emprego da força de trabalho familiar, visando atender às necessidades da família.

No que tange aos cultivos temporários, o destaque é focalizado aos três cultivos mais importantes do ponto de vista da composição da área total cultivada e do valor total da produção. Conjuntamente, o fumo, o milho e a soja compõem 79,5% da área total de cultivo e 78,1% do valor total da produção.

Todavia, analisados individualmente ressalta-se o papel desempenhado pelo fumo na composição do valor da produção (55,2%) e do milho em relação à participação na área total de cultivo (43,3%), segundo dados do IBGE (2007).

Canguçu conta também com uma grande diversidade de criações, destacando-se especialmente os bovinos de corte, que atingiam 158.100 cabeças, e os bovinos de leite (vacas ordenhadas), que em 2007, eram cerca de 15 mil cabeças, que produziram 22.188 milhões de litros de leite e geraram R\$ 10,87 milhões.

Destarte, é possível estabelecer que, atualmente, as atividades econômicas de maior relevância no município são, em parte, comercializadas via sistema de integração, como é o caso da produção leiteira, do pêssego e, especialmente, do fumo. Outra parcela proeminente é a pecuária de corte e a soja, cujas produções são comercializadas sob formas diversas.

Ao interesse deste trabalho também cabe analisar a produção silvícola municipal. A silvicultura em Canguçu, correspondentemente ao quadro nacional, ocupa lugar de maior importância tanto em relação à exploração quanto ao valor da produção, quando comparada à extração vegetal<sup>12</sup>.

No ano de 2007, através dos dados divulgados pelo IBGE, percebe-se que a produção de lenha supera economicamente em larga escala a produção destinada à madeira em tora e ao carvão vegetal, alcançando valor da produção de R\$ 1,9 milhão de reais, referentes à produção de 92.597 m<sup>3</sup>.

No que se refere à produção de madeira em tora, o valor da produção foi de 87 mil reais, correspondentes a 3.108 m<sup>3</sup>, e, no caso do carvão vegetal, R\$ 20 mil, referentes à produção de 41 toneladas. A mesma fonte ainda revela que a extração vegetal é significativa apenas em relação à produção de lenha, produzindo 25.627 m<sup>3</sup> e gerando R\$ 526 mil.

## O POUPANÇA FLORESTAL EM QUESTÃO

---

<sup>12</sup> Por *extração vegetal* entende-se o processo que envolve a exploração de recursos vegetais nativos, compreendendo a coleta ou apanha de produtos como madeiras, látex, sementes, fibras, entre outros, "de forma racional, permitindo a obtenção de produções sustentadas ao longo do tempo, ou de modo primitivo e itinerante, possibilitando, geralmente, uma única produção" (IBGE, 2007).

Como já referido, o município de Canguçu é marcado pelo grande número de unidades familiares de produção. Esse é um dos públicos pretendido pelo programa Poupança Florestal que conta com participação efetiva da EMATER na divulgação e na implementação do Programa. Essas condições permitiam supor que a inserção do Poupança Florestal no município de Canguçu seria numericamente grande. Entretanto, os contratos já firmados sob a égide deste programa não alcançam 0,3% dos estabelecimentos agropecuários do município.

### Perfil dos integrados

Até este momento, Canguçu conta com 27 contratos de integração, que totalizam uma área plantada de 433,93 hectares (0,2% da área municipal), em propriedades cuja área somada perfaz 2.790,27 hectares (1% da área municipal).

Ao analisar os integrados do ponto de vista de sua ocupação econômica predominante detecta-se uma dualidade. Conforme denota a Tab. 07, um terço dos integrados tem na atividade empresarial não agrícola sua principal fonte de renda, enquanto para dois terços o ingresso econômico está centrado na atividade agrícola<sup>13</sup>, típica do município.

**Tabela 07:** Distribuição dos integrados segundo a atividade econômica predominante.

Atividade econômica predominante	Quantidade (un)	Percentual (%)
Empresário*	9	33,3
Gado	7	25,9
Fumo	6	22,2
Diversificado**	2	7,4
Soja	1	3,7
Milho	1	3,7
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>100,0</b>

Fonte: elaboração do autor a partir de pesquisa de campo e EMATER (2009)

\* Como empresário foram considerados todos os integrados cuja ocupação principal não estivesse relacionada com a atividade agrícola. Ex.: oficina mecânica, ferragem.

\*\* Integrados que desenvolvem mais de uma atividade com fim comercial.

<sup>13</sup> Cabe destacar que deste ponto em diante referimo-nos a "agrícola" como sinônimo de agropecuário. Esse fato não tem maiores pretensões do que expressar clara diferenciação entre os integrados/empresários (não agrícolas) e os integrados/agricultores (agrícolas), nos termos expressos no corpo do texto.

Esses dados deflagram duas situações importantes a serem destacadas: a primeira diz respeito à significativa participação de pessoas cuja ocupação diária não se dá no âmbito de suas propriedades rurais; a segunda relaciona-se ao fato de que entre os integrados que possuem na atividade agropecuária sua principal ocupação, ocorre uma polarização entre famílias dedicadas à criação de gado e famílias dedicadas à fumiicultura, confirmando os dados municipais já apresentados.

Quanto à mudança na matriz produtiva das unidades de produção, a Tab. 08 mostra que a principal atividade impactada pelo cultivo de eucalipto foi a pecuária de corte, com redução citada por 48,2% dos integrados. Quando considerado o binômio gado e milho, a frequência alcança 66,7% dos integrados.

**Tabela 08:** Atividades reduzidas para plantio de eucalipto

<b>Atividade econômica reduzida</b>	<b>Frequência</b>
Arroz	1
Gado	13
Gado, milho	1
Milho	4
Milho, fumo	2
Soja	1
Nenhuma	5
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>

Fonte: elaboração do autor a partir de pesquisa de campo e EMATER (2009)

Individualmente, a segunda situação de maior frequência foi a de que nenhuma cultura ou criação seria reduzida para a implantação da lavoura de eucaliptos, configurando estar sendo incorporado ao processo produtivo uma área sem uso no último período. Nessa condição estão um produtor de fumo, um de milho, e três empresários que já mantinham experiência na atividade madeireira. Isso denota que, mais do que uma alternativa de incorporação de áreas ociosas das propriedades de agricultores familiares, as áreas incorporadas sem redução de outra atividade ocorrem no seio de unidades produtivas que já tinham a madeira como atividade produtiva.

Os integrados com ocupação prioritária fora da atividade agrícola, abarcando nove dos 27 contratos, possuem 1.154,55 hectares<sup>14</sup> (área média de 128,28 ha), sendo que as áreas projetadas para receberem as plantações de

<sup>14</sup> Este valor refere-se às propriedades inseridas nos limites do município de Canguçu. Não foram contabilizadas propriedades em outros municípios, caso de um dos entrevistados que possui "mil e poucos hectares em Piratini" (E 10).

eucalipto somam 697,86 (área média de 77,54 ha) hectares, correspondendo a 60,4% de sua área total. A área de efetivo plantio alcança 236,74 hectares (26,30 ha em média) conformando um percentual médio de ocupação da área do projeto de 33,9%.

**Analisando-se as atividades que deram lugar ao cultivo de eucalipto a Tabela 09 mostra que em três propriedades não houve alteração da matriz produtiva.** Esses integrados são quem possuíam a madeira como atividade produtiva, de tal forma que as áreas da propriedade já seriam utilizadas com esse fim.

**Tabela 09:** Atividades que tiveram área reduzida para plantio de eucalipto, dentro do grupo com atividades principais de cunho não agrícola.

Atividade reduzida	Freqüência
Gado	4
Milho	2
Nenhuma	3
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>

Fonte: elaboração do autor a partir de pesquisa de campo e EMATER (2009)

As entrevistas realizadas com componentes deste grupo (4) revelaram que, dentre os integrados que já mantinham áreas com cultivo de árvores (75%), a principal motivação para o acesso ao Poupança Florestal foi o financiamento da implantação do cultivo e a busca de conhecimento e de uma relação com a VCP, visto que se “eles tem tecnologia, conhecimento do mercado, é importante ter uma boa relação com eles” (E 10)<sup>15</sup>.

O entrevistado que não possuía experiência anterior na atividade, único dentre os chamados “empresários” residente na zona rural, expôs ter por objetivo a busca por uma alternativa de produção para as áreas “fracas”.

Ainda para caracterizar esse grupo de integrados, entre os entrevistados, nenhum possuía horta e/ou pomar, o que possivelmente pode ser extrapolado para o conjunto do grupo, tendo em vista que apenas um é residente no meio rural, e mesmo este, não possui horta e pomar.

Ao questionarmos se o eucalipto era a cultura mais indicada para a área em que foi implantada, a totalidade destes entrevistados respondeu afirmativamente, o que pode ser explicado pela dedicação à atividade por parte de três deles,

<sup>15</sup> A fim de preservar a identidade dos entrevistados utiliza-se a notação “E” em correspondência a “entrevistado”.

enquanto que o outro (cultivador de soja) justifica o plantio em decorrência da qualidade do solo (“terra é ruim”).

Quando solicitado que apontassem pontos positivos e negativos do programa Poupança Florestal, as manifestações foram bastante heterogêneas. Todavia, o financiamento foi o ponto mais enfatizado tanto do ponto positivo quanto do negativo. Embora tenha recebido elogios enquanto proposta, sua efetivação recebeu críticas devido ao atraso no repasse do recurso e a liberação parcelada do mesmo para implantação da lavoura<sup>16</sup>.

Ademais também foi apontado como pontos positivos a assistência técnica e a compra garantida da produção. O entrevistado (E 10), grande produtor de madeira, apontou que o Poupança Florestal é um programa muito bom para o médio/grande produtor que precisa de um apoio para implantação da lavoura, e de outro lado, não vê como um bom negócio aos agricultores que possuem pequenas áreas, devido ao longo tempo de retorno do investimento.

Quando solicitada a opinião de um dos entrevistados sobre por que a empresa focava nesse tipo de agricultor a divulgação do programa, a resposta foi: “cota social. A empresa precisa de apoio na sociedade, e cria esse tipo de programa pra isso. Ela não precisa dessa madeira, até porque é muito pouca”<sup>17</sup>.

Ao indagarmos os entrevistados em relação à realização de um bom negócio e sobre sua pretensão em expandir as área cultivadas, todos foram unânimes em avaliar positivamente o empreendimento; no entanto, os três com experiência na área, também foram unânimes em afirmar que não o fariam pelo Poupança Florestal.

O entrevistado (E 10) afirmou que “não queria passivo no [seu] caixa” mas que aceitou por ser uma condição do contrato. O argumento dos demais, pode ser sintetizado na fala do entrevistado “E 8”, que afirma que “comprou mais terra pra plantar, mas como atrasou o repasse do dinheiro para primeira adubação, vou plantar por conta, é melhor”.

Entre os integrados com atividade econômica prioritariamente agrícola destacam-se a pecuária e a fumicultura. Esse grupo reúne uma área total de 1.635,72 hectares, área envolvida no projeto de 724,19 hectares e área de efetivo plantio de 197,19 hectares, 27% da área dos projetos.

---

<sup>16</sup> A liberação parcelada do financiamento, de acordo com as etapas em que os tratamentos culturais devem ser executados, é um expediente da empresa para garantir que a lavoura seja conduzida dentro de suas recomendações técnicas.

<sup>17</sup> Fausto Camargo (apud OSÓRIO, 2007) corrobora essa assertiva ao avaliar que o Poupança Florestal é um grande dispêndio no âmbito dos investimentos da empresa. Segundo ele, “Isso [o Poupança Florestal] fica muito mais custoso para a empresa, mas é uma forma de você colocar do nosso lado o produtor e trazer pra junto do projeto os produtores da região”.

Cabe frisar que apenas três agricultores possuem a área total diferente da área colocada no projeto, sendo esses situados entre os quatro maiores proprietários de terra.

Além das atividades principais, essas unidades de produção também desenvolvem uma diversidade de outras atividades produtivas que podem, com diferentes graus de frequência, ser levadas ao mercado. Com diferentes combinações, as atividades mais citadas foram: milho (9 vezes); feijão (7); leite (3); gado (3); apicultura (2); acacicultura (2); piscicultura (2); ovinocultura (1) e fumicultura (1). O milho e o feijão aparecem em, respectivamente, 50% e 39% das citações, o que provavelmente deve-se ao fato de ser culturas de múltiplos usos. Ambos aparecem citados juntos em um terço das propriedades (seis vezes).

Também foram encontrados cinco casos (27,8%) em que a unidade produtiva é monocultora, sendo uma de fumo, uma de arroz e três de gado.

Até este momento buscou-se caracterizar de forma geral os integrados ao Poupança Florestal, fazendo-se uso de uma divisão baseada na centralidade do trabalho na atividade agrícola. Para cumprir com os objetivos deste trabalho faz-se necessário uma abordagem sobre a participação de unidades familiares de produção neste programa de fomento.

Neste estudo, consideram-se como agricultores familiares aqueles “em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 2001, p. 23). Além disso, o PRONAF estabelece, como critério para enquadramento, propriedades com até quatro módulos rurais, visando com isso evitar que grandes proprietários de terra se enquadrem como agricultores familiares. Adotaremos esses três quesitos, sendo que, em Canguçu, onde o módulo rural corresponde a 16 hectares integrados com até 64 hectares serão considerados agricultores familiares.

Nesses parâmetros, dos 27 contratos, 13 pertencem a agricultores familiares, que juntos possuem 406,73 hectares (14,6% da área total possuída pelos integrados) dos quais 361,78 hectares constantes nos projetos de plantio (89% da sua área total), onde foram implantados 122,28 hectares (33,8% da área constante nos projetos), o que corresponde a 28,2% da área total plantada no município (433,93 hectares), através do Poupança Florestal.

A área média das propriedades dos agricultores familiares é de 31,29 hectares; os projetos possuem em média 27,83 hectares e a área plantada média é de 9,41 hectares.

Esses dados possibilitam chegar a duas conclusões. Em que pese a pequena diferença percentual entre a área efetivamente plantada e a área do projeto, comparando agricultores familiares e empresários (33,8% e 33,9%, respectivamente), os agricultores familiares dedicaram 89% da propriedade à elaboração do projeto (um dos 13 não teve o conjunto da propriedade no projeto

de uso), enquanto os empresários envolveram parcela menor (60,4%), provavelmente por possuírem mais de uma propriedade.

A segunda, é que mesmo tendo apenas 14,6% da área total de todos os integrados, os agricultores familiares respondem por 28,2% da área total plantada.

As atividades com fins comerciais desenvolvidas pelos agricultores familiares são: fumo, em seis casos (46,2%); gado, em três casos (23,1%); milho e soja, com um caso cada (7,7% cada); e dois agricultores possuem propriedade bastante diversificada e não apontam uma cultura ou criação como prioritária (15,4%).

Quando o recorte se volta para a agricultura familiar, a incidência de uma monocultura comercial reduz para dois casos (11,1%), e são encontrados na unidade dedicada ao fumo e em uma das dedicadas à pecuária.

As motivações citadas pelos agricultores familiares entrevistados para ingressarem no cultivo de eucalipto via Poupança Florestal foram basicamente relacionadas à alternativa de renda, sendo que um citou que a terra estava "fraca".

O ingresso na atividade afetou principalmente a criação de gado, seguido pelo cultivo do milho, como mostra a Tab. 10. O gado na agricultura familiar é tido como uma reserva de valor para os momentos de necessidade. Os argumentos apresentados pelos agricultores para substituição do gado pelo "reflorestamento", além da rentabilidade, foi o aumento dos casos de abigeato que, segundo os agricultores, têm inviabilizado a criação bovina.

Tabela 10: Atividades que tiveram área reduzida, dentro do grupo da agricultura familiar.

Atividade reduzida	Frequência
Gado	6
Gado e Milho	1
Milho	1
Milho e Fumo	2
Soja	1
Nenhuma	2
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>

Fonte: elaboração do autor a partir de pesquisa de campo e EMATER (2009)

A redução no cultivo do milho pode, em parte, ser explicada pela diminuição das criações de gado, haja vista que uma parcela importante do milho é cultivada para alimentação animal, de bovinos, suínos e aves, sendo a comercialização realizada em momentos de bom preço ou quando a produção excede o consumo animal.

Questionados sobre a avaliação que fazem do Poupança Florestal e sobre a possibilidade de aumento da área dedicada à madeira, quatro entrevistados afirmaram ter feito um bom negócio e um disse não saber.

Quanto aos pontos positivos, as respostas mais frequentes apontaram o financiamento da produção e a garantia de compra e preço<sup>18</sup>. Foram citados também o aproveitamento de área de terra "fraca", o serviço de assistência técnica e a doação de sementes por parte da VCP<sup>19</sup>.

Em relação aos pontos negativos, foram citados a incerteza quanto aos investimentos da empresa e a demora na liberação do financiamento, sendo que três dos cinco entrevistados não apontaram nenhum ponto negativo.

Questionados sobre se o eucalipto era a cultura mais adequada àquela área, um afirmou que a área produzia de tudo e os outros quatro foram positivos na afirmação. A justificativa mais presente foi a avaliação de que a terra era "fraca".

Entretanto, a avaliação feita pelo agricultor que possui uma grande diversidade (E 4) de atividades na propriedade merece destaque. Ele argumenta que acha o eucalipto a melhor cultura porque a área é isolada, cercada por cultivos de acácia da empresa Tanagro e "os veado e javali comem tudo que é plantado". Esse mesmo entrevistado avalia ter feito um bom negócio (porque incorporou uma "área perdida"), mas não pretende ampliar a área com eucalipto.

Apesar da avaliação predominantemente positiva de todos entrevistados, a expectativa de expansão não corresponde da mesma forma: dois entrevistados afirmam desejo de plantar mais; dois de não plantar e um afirmou não saber, sendo que este e um dos que não pretende ampliar o cultivo, avaliaram ter feito um bom negócio.

Quanto à produção para o autoconsumo, todos afirmaram processar algum produto (schmier, banha, manteiga, mel, linguiça), porém dois (E 1 e E 3) afirmaram não ter horta e pomar. Acredita-se que a motivação dessa questão esteja nas suas atividades produtivas, pois um dedica-se ao gado e não desenvolve outra atividade e o outro possui grande área destinada ao fumo, além de manter a criação de algumas cabeças de gado.

---

<sup>18</sup> A situação de integração é antes de tudo uma situação de mercado. Ela modifica a oportunidade tanto de acesso do produtor aos insumos necessários quanto de colocação do produto final. É essa modificação um dos aspectos mais explicadores da aceitação das condições impostas pelas empresas integradoras (PAULILO, 1980, p. 36)

<sup>19</sup> Trata-se do projeto Floresta a Mesa, que se insere na proposta de agrossilvicultura da VCP, um esforço de atrair mais agricultores e mitigar a imagem dos maciços florestais de eucalipto. O projeto consiste na doação de sementes de culturas anuais como melancia, abóbora, milho, sorgo, girassol, feijão, ervilhaca, trevo-branco, trevo-vermelho, cornichão, aveia, para plantio no interior das lavouras de eucalipto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi apresentar o perfil dos integrados ao Poupança Florestal em Canguçu, visando apurar se os agricultores familiares têm participado efetivamente do programa.

A primeira consideração a ser feita diz respeito ao baixo número de contratos firmados em relação ao número de estabelecimentos agropecuários, a grande maioria familiares, do município. Apesar de a agricultura local possuir forte envolvimento com os complexos agroindustriais, o que pode ser percebido pelos números da produção de tabaco e leite, a integração com a VCP não apresenta números significativos.

Uma explicação para esse fato pode residir na própria celebração do contrato do Poupança Florestal. Ao mesmo tempo em que a integração propicia o financiamento da área e a garantia da compra e o preço da madeira, ela vincula o agricultor à empresa por um período de 14 anos. Essa perda de autonomia, muito mais acentuada do que no envolvimento com a cadeia do leite, por exemplo, pode ser um elemento que explica o baixo envolvimento da agricultura familiar com o Poupança Florestal.

Outro elemento importante diz respeito à renda gerada pela atividade. Segundo a VCP (2008), um hectare de eucalipto gera um retorno líquido de R\$ 3.335,00, o que representa R\$ 39,70/mês. Por outro lado, a produção leiteira segundo IBGE (2007), em Canguçu perfaz um montante de 15 mil vacas ordenhadas, produzindo 22,2 milhões de litros de leite e gerando R\$ 10,87 milhões, ou seja, uma média de 4,1 l/vaca/dia, com preço médio de R\$ 0,49, obtendo-se renda bruta de R\$ 60,39/vaca /mês.

Ademais, entre os agricultores familiares integrados, são facilmente visíveis dois grupos com diferentes características. Um grupo formado por agricultores vinculados à pecuária, na sua grande maioria residentes na "zona de campo", definida por Cotrim (2003) como uma região plana, de campos nativos, onde a pecuária se desenvolveu no período da Coroa e que, por sucessivas divisões, formou um contingente de pecuaristas familiares que ainda se mantêm na atividade, mas que pela baixa rentabilidade e aumento do abigeato, têm identificado na madeira uma alternativa interessante.

E um segundo grupo, formado por agricultores que possuem na fumiicultura sua principal atividade, que em função da carga de trabalho exigida pela cultura, possuíam gado nas áreas que não ocupavam com a lavoura. Pelos mesmos motivos acima citados esses agricultores têm substituído o gado pelo eucalipto.

Possivelmente na esteira da redução do gado, o cultivo do milho aparece correlatamente como a atividade que mais apresentou redução. Isso possivelmente deve-se ao caráter de subsistência dado a essa cultura.

Apesar da substituição percebida, não ocorre em Canguçu uma especialização na produção de madeira (como existe com o gado e com o fumo). A literatura que aborda o envolvimento da agricultura familiar com o cultivo de madeira aponta um elevado grau de especialização das unidades produtivas (SCHNEIDER, 2004; SOUTO, 2005; MATIAS, 2007; CAZELLA E BÚRIGO, 2009), com elevado grau de ocupação das propriedades com a lavoura de árvores. Esse fato, de maneira geral, não é percebido em Canguçu, que possui 33,8% da área dos projetos ocupada com eucalipto.

A título de sugestão, até mesmo de pesquisa futura, supõe-se que esse fato derive da baixa influência dessa atividade no conjunto da produção local - extremamente relevante em pólos madeireiros - o que diminui a pressão pelo ingresso na atividade. Outro elemento explicador pode ser o relevo do município, bastante acidentado e recortado por arroios e nascentes, que permitem uma menor área de efetivo plantio, em função das restrições ambientais, bem como da dificuldade de mecanização da colheita.

Outro elemento que merece destaque e debate diz respeito à assistência técnica, fornecida pela Emater. Estudo de Silva (2009) sobre o Banco da Terra em Canguçu apontou um generalizado descontentamento das famílias beneficiadas por esse programa com a assistência técnica prestada pela entidade. Uma visita ao escritório municipal permite facilmente perceber que o efetivo de técnicos do escritório está muito aquém da necessidade de um município com quase 10 mil propriedades familiares. Entretanto, a avaliação de 100% dos entrevistados do Poupança Florestal apontam o serviço prestado como bom ou ótimo. Cabe pensar-se mais detidamente sobre por que tamanha diferenciação.

Por fim, conclui-se que o Poupança Florestal, pelo menos em Canguçu, tem servido muito mais como alternativa de ocupação de área e geração de renda para empresários e grandes proprietários do que para agricultores familiares, permitindo o questionamento de sua eficácia enquanto instrumento promotor de inclusão da agricultura familiar e indutor do desenvolvimento regional.

---

## **Participation of family farmers of Canguçu in the Forest Savings program by Votorantim Cellulose and Paper Mill**

### **ABSTRACT**

The study examines the integration of family farming in Canguçu in the incentive program called Forest Savings by Votorantim Cellulose and Paper Mill (VCP). The information that supports to this article is part of a broader research, conducted by the Program of Graduate Studies in Agro ecosystems of the Federal

University of Santa Catarina. In spite of the recognized importance of family farming in the county of Canguçu and the fact that this public is identified as preferential by Forest Savings, the immersion in the empirical universe evidenced that, so far, those farmers had little participation in the program.

**Keywords:** family farming, reforestation, Forest Savings program, forestation incentive.

## REFERÊNCIAS

ABRAF - Associação Brasileira de produtores de Florestas Plantadas. Anuário Estatístico da ABRAF 2009: Ano base 2008. Brasília, 2009. 120p

ALEMA – Assembléia Legislativa do Governo do estado do Maranhão/ Agência Assembléia. Siderúrgica apresenta projeto florestal a deputados estaduais. Maranhão, 2009. Disponível em: <[www.al.ma.gov.br/paginas/noticias.php?codigo1=8982](http://www.al.ma.gov.br/paginas/noticias.php?codigo1=8982)>. Acesso em 22/05/09.

BANCO REAL. (ABN AMRO Real S.A) - Portal institucional. Espaço Real de Práticas em Sustentabilidade. Disponível em: [http://sustentabilidadereal.conectt.com.br/bancodepraticas/Documents/case\\_vcp.pdf](http://sustentabilidadereal.conectt.com.br/bancodepraticas/Documents/case_vcp.pdf). Acesso em 21/02/09.

BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel. Estatísticas do Setor: Setor da Celulose e Papel. V2. 2009. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/bra/estatisticas/pdf/booklet/marco2009.pdf>>. Acesso em 12/06/09.

BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel. Relatório Estatístico 2007/2008. Disponível em: <[www.bracelpa.org.br/bra/estatisticas/pdf/anual/rel2007.pdf](http://www.bracelpa.org.br/bra/estatisticas/pdf/anual/rel2007.pdf)>. Acesso em 14/07/09.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra/SADE: Banco de dados da agricultura familiar [online]. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sade/default.asp>> Acesso em 12/01/08.

CAZELLA, Ademir A. e BÚRIGO, Fábio L.. Impasses do desenvolvimento territorial na serra catarinense: limitação agroecológica em face da expansão do "deserto verde". In: CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philipe; MALUF, Renato S. (Orgs.). Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2009, v. 1, p. 251-269.

COTRIM, Márcio S.. "Pecuária familiar" na região da "serra do sudeste" do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu - RS. 2003, 142p. Dissertação

- (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- FAO – Food and Agriculture Organization. FAOSTAT (Base eletrônica de dados estatísticos). Florestas: Perfil dos países. Disponível em: <<http://www.fao.org/forestry/country/es/>>. Acesso em 14/04/09.
- FAO - Food and Agriculture Organization/FRA - Forest Resources Assessment. Evaluación de los Recursos Forestales Mundiales 2005: Hacia la ordenación forestal sostenible. Estudio FAO: Montes 147. Roma, 2006, 351p.
- FREITAS, Clailton Ataídes de. et. al.. Impactos socioeconômicos da produção de celulose em larga escala: o projeto da empresa Votorantim na Metade Sul (RS) - (Relatório Final). v1. Santa Maria: Centro de Altos Estudos em Gestão Pública e Governança Regional. 2006, 107p.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo Agropecuário 2007/Base de dados preliminar: Contagem da População 2007. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm)>. Acesso em 21/02/09
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Relatório Produção da Extração Vegetal e Silvicultura – PEVS/IBGE. v.22, Rio de Janeiro. 2007, 45p.
- MATIAS, Iraldo Alberto Alves. Uma contribuição para a análise crítica do dilema do “reflorestamento”: o plantio de *pinus* em São José do Cerrito/SC. 2007, 184f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- OSÓRIO, Estela Gonçalves. Indústria de papel e celulose: estudo de caso da implantação da VCP Florestal no Extremo Sul do Rio Grande do Sul. 2007, 58f. Monografia (Monografia da conclusão da disciplina de CNM) Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- PAULILO, M.I.S. Produtor e agroindústria: consensos e dissensos. O caso de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1990. 182p.
- PENIDO, José Luciano. Poupança florestal: sustentabilidade na prática. In: Revista Opiniões: O apagão florestal. São Paulo - Editora WDS, Ago-Out, 2005. Publicação eletrônica disponível em: <<http://www.revistaopinioes.com.br/cp/materia.php?id=473>>. Acesso em 12/03/2008
- SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, 205p.
- SILVA, Fernanda Novo da. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: estudo sobre o Banco da Terra no município de Canguçu, RS. 2009, 169f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar), Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

SOUTO, Luiz Carlos Damian C. D. Florestamento com *Pinus spp.* e pecuária em campo nativo: complementaridade e concorrência no uso das terras do Planalto Catarinense. 2005, 144f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VCP - Votorantim Celulose e Papel. Portal Institucional/Projetos de Crescimento e sustentabilidade (Projeto Losango e Poupanga Florestal) – Informações atualizadas em 2008. Disponível em: <[www.vcp.com.br](http://www.vcp.com.br)>. Acesso em 05/05/09.

VCP - Votorantim Celulose e Papel. VCP e ARACRUZ: Reestruturação societária e plano de negócio. São Paulo, 2009. Disponível em: <[http://www.vcp.com.br/Investidores/ApresentacoesEWebcasts/Documents/Apresentacoes/2009/Apresentacao\\_InvestidorFINAL\\_21jan\\_SITE.pdf](http://www.vcp.com.br/Investidores/ApresentacoesEWebcasts/Documents/Apresentacoes/2009/Apresentacao_InvestidorFINAL_21jan_SITE.pdf)>.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 21-55.